



**Socinal S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.
Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2018.**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2018

Senhores Acionistas, Colaboradores, Clientes e Investidores.

Os administradores da Socinal S.A. – Crédito Financiamento e Investimento, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentam suas demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, acompanhado das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

1. A Instituição

Neste primeiro semestre de 2018 a Socinal Financeira consolidou sua posição na prestação de serviços de estruturação para investidores em busca de acesso aos mercados de crédito e dívida, despontando como uma das principais instituições financeiras a apoiar plataformas de crédito online, varejistas e outras empresas de tecnologia financeira com interesse em originar suas operações de empréstimo por meio de uma instituição financeira. Foi gerado um volume de R\$ 155 Milhões de Reais em operações de crédito somente nestes seis primeiros meses e as expectativas são promissoras até o final do ano, o que mostra ser uma estratégia bem-sucedida posto que estas parcerias permite a expansão e oferta de produtos de crédito em âmbito nacional por meio de múltiplas plataformas e em diversos nichos de mercado, contribuindo para uma maior oferta de produtos e preços de crédito para o consumidor final. A carteira de crédito total atingiu R\$ 108,7 Milhões neste semestre com crescimento de 35% frente ao primeiro semestre de 2017. Se considerarmos apenas os ativos proprietários, exceto os vinculados, há um decréscimo de 2,7% em comparação com o mesmo período de 2017. Esta estagnação se deve em grande parte a redução de créditos de maior monta com a produção de novos créditos em tickets menores e mais pulverizados e privilegiando uma estratégia conservadora de gestão do risco de crédito. A linha de provisões para créditos de liquidação duvidosa acompanhou o crescimento da carteira e percentualmente ainda reflete um contexto de perda de liquidez e de faturamento das empresas, o que ocasionou atrasos pontuais nas operações de crédito e uma forçada reclassificação por questões técnicas, legais e prudenciais por parte desta administração. A captação de recursos, por meio da emissão de títulos e valores mobiliários, incluindo as operações vinculadas, teve uma evolução de 45,3% em relação a igual período do ano passado, fechando com R\$ 109,9 Milhões de Reais. O mercado continua líquido para captação de recursos, mas a demanda para crédito de boa qualidade ainda é limitada, enquanto o nível de endividamento da população e do empresariado se elevou constituindo um cenário bastante desafiador para a concessão de novos créditos. Destacamos ainda o retorno operacional bruto de R\$ 2,5 Milhões de Reais e um lucro líquido de R\$ 1 Milhão de Reais obtido neste 1º semestre de 2018 parcialmente beneficiados pelos ajustes na carteira de crédito e pelas mudanças de estratégia no core *business* operacional da instituição, gerando retornos cada vez maiores nas linhas de serviços e mais estabilidade nas de intermediação financeira.

Esta administração reforça seu compromisso com a estratégia de atuar na prestação de serviços de bancarização de operações de crédito, bem como de revisar e se reposicionar no crédito buscando menor concentração, garantias adequadas e setores de menor risco operacional.

2. Panorama Econômico e segmentação

As dificuldades econômicas do atual estado brasileiro e a agenda política eleitoral deste ano colocam em cheque qualquer previsão de cenário para o mercado de crédito e juros. O viés de arrefecimento da recessão e os vetores econômicos no ambiente doméstico se estabilizaram em patamares mais altos do que o previsto pelos economistas e o mercado de trabalho continua muito ruim, não dando sinais de melhora e refletindo a estagnação da economia e a fraqueza dos indicadores macroeconômicos. O Comitê de Política Monetária estacionou o juro básico da

economia em 6,5% ao ano, demonstrando conservadorismo diante do cenário descrito e o mercado de crédito segue com leve alta nos volumes ofertados, mas ainda com spreads altos por questões de risco em decorrência dos índices persistentes de inadimplência nos créditos a pessoa física e em alguns setores empresariais. A volatilidade dos mercados deve ser a tônica desta segunda metade do ano em decorrência das incertezas com os novos postulantes ao governo e as casas legislativas.

Está administração reforça sua missão de resguardar os interesses dos acionistas e demais *stakeholders da organização, avaliando e revisando os sinais do mercado* financeiro em busca do melhor posicionamento estratégico e de negócios, sempre em linha com a política de gestão de risco e o compliance regulatório de suas atividades.

3. Controles Internos, Gestão de Riscos e Governança Corporativa

A Socinal detém uma estrutura de controles internos compatível com seus processos e procedimentos de segurança operacional, de crédito, de controle de liquidez e da segurança da informação. O comitê de Controles Internos avaliou neste exercício os relatórios de controles internos, de auditoria interna e da auditoria externa para o risco operacional. Mantém ainda, periodicamente, controles eletrônicos dos erros operacionais e de processos que, sempre que demandado, avalia e aprova seu conteúdo acompanhando as necessidades de ajustes e intervenções visando o controle e a prevenção.

A Gestão de Riscos se dá através de uma estrutura simples e objetiva onde os integrantes do comitê de controles internos e riscos reúnem-se periodicamente e tempestivamente, deliberando sobre os assuntos pertinentes a: (i) normas, procedimentos e ocorrências do risco operacional; (ii) a captação, a liquidez, os limites e os preços que são premissas do controle do risco de liquidez, de capital e de mercado; e (iii) a avaliação periódica da carteira de crédito e dos principais indicadores de concentração, preços, inadimplência e segmentação, bem como o risco sócio-ambiental atrelado ao destino dos recursos liberados nas operações. A Socinal adotou a gestão integrada de riscos em consonância com a Resolução 4.557 de 2017 e a declaração de seu apetite a risco (RAS) em cada produto e processo.

A Socinal conta ainda com diretrizes de Governança Corporativa que, exercidos pelo comitê de controles internos e risco, visa proteger o patrimônio da entidade, incrementar, sugerir e apoiar ações éticas e de boa governança entre todos os participantes diretos e indiretos da instituição, incentivando, facilitando e monitorando práticas de *disclosure* adequado em todos os meios formais de comunicação.

As premissas e parâmetros para a gestão dos riscos de crédito, operacional, socioambiental, de mercado e de capital estão disponíveis em nosso site no endereço www.socinal.com.br

Agradecemos o apoio de todos os acionistas, colaboradores, clientes, investidores e parceiros.

A Administração.

Araruama/RJ, 20 de Agosto de 2018.

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)**

Ativo	Notas explicativas	30/06/2018	30/06/2017
Circulante			
Disponibilidades	3	3.038	4.109
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	4.850	5.200
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		4.850	5.200
Operações de Créditos		54.739	32.811
Setor Privado	5	58.899	34.682
(-) Prov. p/ Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa		(4.160)	(1.871)
Outros Créditos	6	6.788	6.389
Diversos		6.788	6.389
Outros Valores e Bens		7.045	779
Bens não de Uso	7	7.045	779
Total do ativo circulante		76.460	49.288
Não circulante			
Operações de Créditos		46.223	43.352
Setor Privado	5	49.785	45.824
(-) Prov. p/ Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa		(3.562)	(2.472)
		46.223	43.352
Imobilizado Líquido	8	3.162	174
Total do ativo não circulante		49.385	43.526
Total do Ativo		125.845	92.814

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas explicativas	30/06/2018	30/06/2017
Circulante			
Depósitos	9.1	5.441	4.123
Depósitos a Prazo		5.441	4.123
Recursos e Aceites Cambiais	9.2	19.725	17.770
Recursos e Aceites Cambiais		19.725	17.770
Outras Obrigações	9.3	3.366	5.844
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados		136	90
Sociais e Estatutárias		-	795
Fiscais e Previdenciárias		1.854	2.157
Diversas		1.376	2.802
Total do passivo circulante		28.532	27.737
Não circulante			
Depósitos	9.1	49.406	22.245
Depósitos a Prazo		49.406	22.245
Recursos e Aceites Cambiais	9.2	35.391	31.532
Recursos e Aceites Cambiais		35.391	31.532
Total do passivo não circulante		84.797	53.777
Patrimônio Líquido			
Capital social		12.000	12.000
Reservas de lucros		51	144
Lucros ou Prejuízos Acumulados		465	(844)
Total do patrimônio líquido	11	12.516	11.300
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		125.845	92.814

SOCINAL S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Receitas da Intermediação Financeira		13.072	10.591
Operações de Créditos		12.977	10.309
Resultado de Oper. c/Títulos e Valores Mobiliários		95	282
Despesas da Intermediação Financeira		(10.026)	(8.137)
Operações de Captação no Mercado		(7.762)	(5.197)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(2.264)	(2.940)
Resultado bruto da Intermediação Financeira		3.046	2.454
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(543)	(1.605)
Receitas de Prestação de Serviços	12.1	4.042	1.457
Despesas de Pessoal		(831)	(765)
Outras Despesas Administrativas	12.2	(1.626)	(1.345)
Despesas Tributárias		(679)	(399)
Outras Receitas Operacionais		90	5
Outras Despesas Operacionais	13	(1.539)	(558)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações		2.503	849
Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.489)	(1.693)
Provisão para Imposto de Renda	10	(822)	(935)
Provisão para Contribuição Social	10	(667)	(758)
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre	10	1.014	(844)
Quantidade de ações		9.500	9.500
Resultado por ação		0,107	(0,068)

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Especial de Lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	12.000	96	48	-	12.144
Prejuízo Líquido do Semestre	-	-	-	(844)	(844)
Saldos em 30 de junho de 2017	12.000	96	48	(844)	11.300
Saldos em 31 de dezembro de 2017	12.000	-	-	(498)	11.502
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	1.014	1.014
Destinações do resultado:					
Reserva Legal	-	51	-	(51)	-
Reserva Especial de Lucros	-	-	465	(465)	-
Saldos em 30 de Junho de 2018	12.000	51	465	-	12.516

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de Reais)

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro / (Prejuízo) líquido do semestre	1.014	(844)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Depreciação e Amortizações	73	12
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.060	1.238
Lucro / (Prejuízo) ajustado	3.147	406
Variações nas contas do Ativo e do Passivo		
(Aumento)/Redução de Operações de Crédito	(1.717)	(14.392)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	652	1.569
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens	(5.490)	(778)
Aumento/(Redução) em Depósitos a prazo	4.391	17.638
Aumento/(Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos	3.170	(3.710)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(1.614)	1.092
	(608)	1.419
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.539	1.825
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de Imobilizado de Uso	-	(16)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento	-	(16)
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.539)	1.809
Demonstração da variação nas disponibilidades		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	5.349	7.500
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	7.888	9.309
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(2.539)	1.809

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de Junho 2018 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1- Contexto Operacional

A Socinal S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Socinal” ou “Sociedade”) autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), é uma instituição financeira de capital fechado e vem operando como instituição de crédito, financiamento e investimento desde abril/2009. A carteira de maior expressão em crescimento operacional é a de operações ativas vinculadas, geradas em parcerias operacionais com fintechs no segmento de crédito a pequenas e médias empresas. Estas operações de *peer-to-peer lending* são amparadas pela resolução 2.921 de 2002. A Instituição vem priorizando o crédito à pessoa física no segmento de financiamento de empreendimentos imobiliários e mantendo uma relevante atuação no crédito de capital de giro. A captação de recursos para o fomento das operações ativas vinculadas se dá basicamente na emissão de Recibos de Depósito Bancário – RDB’s e para a carteira própria da instituição são captados recursos em Letras de Câmbio – LC’s utilizando-se da estrutura própria ou terceirizada em corretoras de valores de expressiva idoneidade e penetração no mercado de investidores institucionais. A Socinal ainda tem colocado pequena quantidade de títulos auto liquidáveis de Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE tipo – I e não optou por fazer emissões para captações de DPGE tipo – II, apesar das condições favoráveis de demanda por estes títulos.

2- Apresentação das Demonstrações Financeiras e descrição das principais práticas contábeis.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável. Foram parcialmente adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional.

Assim, as informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2018, foram elaboradas conforme os pronunciamentos homologados pelo BACEN e de acordo instruções específicas do BACEN, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Financeira em 10/08/2018.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

O comitê de pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto nem todos foram homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Desta forma, a Socinal na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo (BACEN):

- Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
- Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
- Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente

- Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1)
- Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

(a) Apuração do resultado

A Socinal apura o seu resultado pelo regime contábil de competência, ajustando o mesmo com a apuração do imposto de renda e da contribuição social, incidentes sobre o lucro tributável do período.

(b) Caixa

O Caixa é representado pelas disponibilidades em depósitos bancários, utilizado diariamente mediante necessidade da instituição.

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registram-se aqui os investimentos dos recursos aplicados no mercado interbancário de curto prazo com liquidez diária (CDI's). O saldo apresentado é o somatório do valor presente de cada investimento, calculado "pro rata die" pelos respectivos indexadores e taxas de juros. Nota (4)

(d) Operações de Crédito

Carteira composta por produtos de Crédito Pessoal - Consignado em Folha e Crédito Pessoal – 19,56%, Capital de Giro e Desconto de Títulos – 32,07%, Empréstimo na modalidade de Operações Ativas Vinculadas – 47,66% e Financiamento Imobiliário – 0,71%. Desse total, 7,11% estão provisionados como créditos de liquidação duvidosa. Todas as operações de crédito possuem classificação de risco definida e normatizada dentro das premissas estabelecidas pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional – CMN e são regidas por uma política de crédito aprovada e editada pela administração levando-se em consideração: os limites operacionais legais; as condições microeconômicas e setoriais do devedor, sua situação econômico-financeira e os riscos específicos de cada operação; suas garantias e seus garantidores. A classificação das operações vencidas segue estritamente os critérios definidos no artigo 4º da mesma Resolução. (Nota 5).

(e) Outros Créditos

Valores correspondentes ao saldo de adiantamento a funcionários, devedores diversos – país e os impostos e contribuições a compensar. (Nota 6)

(f) Outros Valores e Bens

Valores relativos a realização de garantias, na forma de dação de pagamento, advindas de baixa de financiamentos imobiliários com a respectiva retomada dos imóveis, para posterior realização. A Instituição vem conduzindo a formalização adequada para esses processos, ao abrigo da Circular BACEN nº 1273. Esses imóveis foram submetidos a avaliação de profissionais por meio de contratação de empresa especializada. (Nota 7)

(g) Imobilizado

A depreciação do seu ativo imobilizado é calculada usando o método de cálculo linear, com base na taxa anual de 10% para instalações e móveis e equipamentos de uso, e de 20% para os sistemas de processamento de dados e de transporte.

(h) Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo

Demonstrados por valores conhecidos, considerando nestes os encargos incorridos com base em cálculo “*pro rata die*”, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, e/ou atualização por correção monetária, quando aplicável. Incluídos neste contexto os saldos das contas Depósitos a Prazo, Recursos de Aceites Cambiais, Empréstimos no País – Outras Instituições e, Outras Obrigações. (Nota 9)

(i) Imposto de Renda, Contribuição Social e demais Tributos.

No 1º semestre de 2018 e no 1º semestre de 2017 foram constituídas as provisões para o imposto de renda à alíquota-base de 15% do resultado tributável, acrescida do adicional de 10%, e a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado foi constituída à alíquota de 20%, conforme Regulamento do Imposto de Renda e atualizações.

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	20% ¹
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%

A Lei nº 12.973 de 13/05/2014, trouxe a adaptação da Receita Federal do Brasil às regras do Imposto de Renda e da Contribuição Social para as empresas do Lucro Real e Lucro Presumido, segundo as novas práticas contábeis brasileiras introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, que tornaram obrigatórios os padrões internacionais de contabilidade do IFRS para todas as empresas do País.

As novas regras entraram em vigor a partir de 01/01/2015, não optando a instituição pela adoção antecipada no ano-calendário de 2014, por não se enquadrar em nenhum benefício fiscal. A instituição não prevê impactos significativos dos efeitos da nova legislação sobre as suas demonstrações contábeis, mantendo a neutralidade tributária estabelecida pelo Regime Tributário de Transição (RTT). (Nota 10)

¹ A partir de setembro de 2015, a Lei 13.169/2015 alterou o artigo 3º da Lei 7.869/1988, elevando a alíquota da CSLL, para: 20% no período compreendido entre 01/09/2015 e 31/12/2018, e 15% a partir de 1º/01/2019.

3- Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2018	30/06/2017
Disponibilidades	3.038	4.109
Disponibilidades em Moeda Nacional	3.038	4.109
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.850	5.200
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	4.850	5.200

(1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam elevada liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo.

4- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Demonstrada como segue:

Aplic. em Depósitos Interfinanceiros	30/06/2018	30/06/2017
Banco Paulista	2.500	2.000
Banco Daycoval	2.350	1.700
Banco Bradesco	-	1.500
Total	4.850	5.200

5- Operações de Crédito

Demonstrativos da distribuição das carteiras de créditos por setor e atividade econômica, composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e operações lançadas para prejuízo.

ATIVIDADE ECONOMICA	VENCIDA	A VENCER						Jun-2018	Jun-2017
		ATE 3 M	3 A 12 M	12 A 36 M	36 A 60M	60 A 180M	180M <		
SETOR PRIVADO	3.577	18.545	39.044	30.769	7.718	9.031	-	108.684	80.506
INDUSTRIA							-	-	272
COMERCIO	1.767	1.857	3.364	4.505	1.577	122	-	13.192	17.297
OUTROS SERVICOS	884	2.470	4.155	4.805	1.934	1.642	-	15.890	24.605
PESSOA FISICA	926	14.218	31.525	21.459	4.207	7.267	-	79.602	38.332
TOTAL	3.577	18.545	39.044	30.769	7.718	9.031	-	108.684	80.506
Ativo Circulante								58.899	34.682
Ativo Não Circulante								49.785	45.824

POR TIPO DE PESSOA

TIPO DE PESSOA	VENCIDA	A VENCER						Jun-2018	Jun-2017
		ATE 3 M	3 A 12 M	12 A 36 M	36 A 60M	60 A 180M	180M <		
PJ	2.651	4.327	7.519	9.310	3.511	1.764	-	29.082	42.174
PF	926	14.218	31.525	21.459	4.207	7.267	-	79.602	38.332
TOTAL	3.577	18.545	39.044	30.769	7.718	9.031	-	108.684	80.506

POR REGIAO

REGIAO	Jun-2018	Jun-2017
NORTE	-	-
NORDESTE	-	-
CENTRO-OESTE	-	-
SUL	-	-
SUDESTE	108.684	80.506
TOTAL	108.684	80.506

POR PRODUTO

REGIAO	Jun-2018	Jun-2017	CARTEIRAS	Jun-2018	Jun-2017
NORTE	-	-	CONSIGNADO/CRÉDITO PESSOAL	21.262	9.451
NORDESTE	-	-	EMPRÉSTIMOS OPERAÇÕES ATIVA VINCULADAS	51.797	22.060
CENTRO-OESTE	-	-	FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO	771	1.011
SUL	-	-	CAPITAL DE GIRO/TÍTULOS DESCONTADOS	34.854	47.984
SUDESTE	108.684	80.506	TOTAL	108.684	80.506
TOTAL	108.684	80.506			

Saldo da carteira	jun/18	% Concentração	Provisão	% Provisão
Ops Ativas Vinculadas	51.797	48%	333	0,64%
Total da Carteira	108.684		7.772	7,15%

Ticket Médio da carteira - 2017/06	Nº operações	Ticket Médio	Prz Originação	Duration
Ops Ativas Vinculadas	530	97	24 meses	9 meses
Total da Carteira	1.805	60	43 meses	23 meses

RISCO	PROVISÃO	Jun-2018		Jun-2017	
		Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
AA	0%				
A	0,50%	85.257	426	57.045	285
B	1,00%	4.326	43	8.440	84
C	3,00%	6.726	202	5.249	157
D	10,00%	5.310	531	6.468	646
E	30,00%	334	100	111	33
F	50,00%	74	37	106	53
G	70,00%	915	641	8	5
H	100,00%	5.742	5.742	3.079	3.079
TOTAL		108.684	7.722	80.506	4.343
Ativo Circulante		58.899	4.160	34.682	1.871
Ativo Não Circulante		49.785	3.562	45.824	2.472

OPERAÇÕES LANÇADAS PARA PREJUÍZO

SALDO 2º SEM 2017	7.172
BAIXAS PARA PREJUÍZO	(2.078)
RENEGOCIADAS	-
RECUPERADAS	(1.154)
SALDO FIM 1º SEM 2018	6.248

6- Outros Créditos

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
¹ Adiantamento e Antecipações Salariais	403	403
² Adiantamento a Fornecedores	114	114
³ Cheques a Receber	-	-
⁴ Impostos e Contribuições a Compensar	925	549
⁵ Devedores Diversos – Pais	426	403
⁶ Títulos e Créditos a receber	4.920	4.920
Total	6.788	6.389

¹ Saldo da conta Adiantamento e Antecipações Salariais em decorrência da distribuição de lucro no mês de encerramento do semestre.

² Adiantamento realizado a fornecedores referente a nova infraestrutura da sede, o qual será dado quitação na conclusão do serviço contratado.

⁴ Representada por impostos e contribuições antecipadas para compensação futura.

⁵ Representado por valores a receber de repasses dos órgãos públicos referentes a operações de crédito consignado.

⁶ Saldo transferido da conta Bens não de Uso recebido, conforme orientação do Bacen.

7- Bens não de Uso Próprio

Em 30 de Junho de 2018, estão assim demonstrados:

Natureza	Saldo 30/06/2018	Saldo 30/06/2017
Imóveis	7.045	779

Correspondem a bens imóveis disponíveis para venda recebidos em dação de pagamento, não utilizados no desempenho da atividade social, em razão da perda de recebimento de créditos registrados como prejuízo. Serão ajustados a valor de mercado de acordo com as normas vigentes.

8- – Imobilizado

Conta	Saldo 30/06/2018	Saldo 30/06/2017
Edificações	3.165	35
Móveis e equipamentos de uso	178	178
Sistema de processamento de dados	223	223
(-) Depreciação acumulada	(404)	(262)
Total	3.162	174

A variação do saldo do Imobilizado ocorreu devido a compra das salas do 4º andar no total de 16 salas comerciais, onde se encontra instalada a nova sede da Instituição.

9- Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo

Os valores registrados nos subgrupos estão representados nas rubricas abaixo descritas.

9.1 Depósitos a Prazo

	30/06/2018	30/06/2017
RDB - Recibo de Depósito Bancário	54.847	23.633
DPGE - Depósito Prazo c/ Garantia Especial	-	2.735
Total	54.847	26.368
Passivo circulante	5.441	4.123
Passivo não circulante	49.406	22.245
Total	54.847	26.368

9.2 Letras de Câmbio

	30/06/2018	30/06/2017
LC - Recurso de Aceite Cambial	55.115	49.302
Total	55.115	49.302
Passivo circulante	19.725	17.770
Passivo não circulante	35.391	31.532
Total	55.116	49.302

9.3 Outras Obrigações

	30/06/2018	30/06/2017
(i) Cobrança e Arrecadação Tributárias	136	90
(ii) Juros sobre o Capital Próprio	-	795
(iii) Fiscais e Previdenciárias:	1.854	2.157
IRRF sobre juros ao capital	-	141
IRPJ a recolher	924	935
CSL a recolher	729	881
Impostos e contrib. s/serviços de terceiros	53	37
Impostos e contrib. s/salários	43	37
Outros	103	126
(iv) Diversas (a)	1.376	2.802
Total (i+ii+iii+iv)	3.366	5.844

(a) Valores referentes à provisão de férias, repasses e outras obrigações.

10- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Resumo da apuração do IRPJ e CSLL, conforme RIR/99.

Cálculo IRPJ e CSLL		30/06/2018	30/06/2017
7.0.0.00.000 - Receitas	(+)	17.205	12.054
8.0.0.00.000 - Despesas	(-)	(14.701)	(11.205)
Resultado antes do I.R. e C.S.		2.504	849
Juros sobre o capital próprio			
Adições	(+)	2.265	2.941
Exclusões	(-)	-	-
Lucro (Prejuízo) Antes da Compensação do Prejuízo		4.769	3.790
Crédito Baixado como Prejuízo (2016)		(1.431)	
Saldo Prejuízo Fiscal		(1.431)	
Base Tributável (Lucro Real após Compensação do Prejuízo)		3.338	
I.R.	15%	500	569
I.R. Adicional	10%	322	367
IRPJ Devido		822	935
CSLL Devida	20%	667	758
Lucro (Prejuízo) do semestre		1.014	(844)

A Lei 13.169/2015, a partir de setembro de 2015 alterou o artigo 3º da Lei 7.869/1988, para elevar a alíquota da CSLL, para 20% no período compreendido entre 01/09/2015 e 31/12/2018.

11- Patrimônio Líquido

Capital Social: subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 está representado por 9.500.000 ações no valor de R\$ 1,26 cada uma, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada semestre/exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucros ou (Prejuízos) acumulados: Registra o saldo remanescente dos lucros (ou prejuízos), após as reversões, ajustes e destinações. Ocorrendo resultado do semestre/exercício negativo, este será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Juros sobre capital próprio/Dividendos: Conforme o artigo 20 do estatuto, os lucros líquidos terão a destinação que lhes for determinada pela Diretoria, observando o disposto na Lei 6.401/76.

O Patrimônio Líquido está assim apresentado:

	30/06/2018	30/06/2017
Patrimônio Líquido	12.516	11.300
Capital Social	12.000	12.000
¹ Reserva de Lucros	516	144
Lucro ou (Prejuízo) do semestre		(844)

¹ Redução relativa a compensação do prejuízo do segundo semestre de 2017.

12- Demonstração dos Resultados

12.1 - Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Receitas de Prestação de Serviços	4.042	1.457

Receitas de serviços com tarifa de confecção de ficha cadastral e prêmios na originação de créditos resultado de parcerias operacionais firmadas com empresas correspondentes captadoras de crédito no mercado online e para fundos de direitos creditórios.

12.2 - Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Despesa de Água, Energia e Gás	21	22
Despesa de Aluguéis	18	32
Despesa de Comunicação	15	16
Despesa de Manutenção e Conservação	1	
Despesa de Material	3	17
Despesa de Processamento de Dados	351	142
Desp. Propaganda e Publicidade / Rel. Públicas	42	56
Despesa de Serviços do Sistema Financeiro	178	109
Despesa de Serviços de Terceiros	39	79
Despesa de Serviços de Vigilância e Segurança	1	1
Despesa de Serviços Técnicos Especializados	629	475
Despesa de Transporte	-	1
Despesa com Viagens	36	20
Outras Despesas Administrativas	218	363
Despesa de Depreciação	74	12
Total	1.626	1.345

Composto significativamente por despesa com Processamento de Dados, Consultoria Jurídica e Financeira e Outras Despesas Administrativa.

A evolução do saldo de Outras Despesas Administrativas, se deu pelo pagamento das custas judiciais de cobrança dos contratos inadimplentes.

13- Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Outras Despesas Operacionais	1.539	558

Despesas relativas a serviços prestados por correspondentes bancários na captação de créditos.

14- Basileia

Limites Operacionais

Adequação ao novo acordo de capitais (Basileia III)

A partir de 1º de Outubro de 2013 entrou em vigor a terceira fase do acordo de Basileia com as novas regras que consolidam no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras. Conhecidas em seu conjunto por Basileia III (BIII) e editadas pelo Conselho Monetário Nacional em Março de 2013 as Resoluções 4.192 e 4.193 e os demais conjuntos de normativos regulam e definem as novas regras que buscam aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras de absorver choques, fortalecendo a estabilidade financeira e a promoção do crescimento econômico sustentável. O aumento da quantidade e qualidade do capital regulamentar mantido por instituições financeiras visa a reduzir a probabilidade e a severidade de eventuais crises bancárias, e os seus consequentes custos para a economia real.

14.1 - INDICADORES DE RISCO (BASILEIA) E LIMITES OPERACIONAIS

Descrição	Jun-2018	Jun-2017
Patrimônio de Referência - Nível I	12.516	11.300
Instrumento Híbrido de Capital		
Patrimônio de Referência - Nível II		
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	12.516	11.300
Patrimônio de referência (a)	12.516	11.300
<u>Alocação Capital por risco</u>		
RWAcpad - crédito	67.947	51.636
RWAmint - Mercado	0	0
RWAopad - operacional	15.773	11.853
Patrimônio de referência exigido (b)	7.221	5.873
Margem (a - b)	5.296	5.427
Rban - Juros carteira não negociável ('c)	2.012	581
Margem (b + c)	9.233	6.454
Ativo ponderado pelo risco (*) (d) (900)	83.720	63.489
Índice de Basileia (a/d)	14,95%	17,80%
Índice de Basileia amplo (a/ (d+c))	14,60%	17,64%

(i) Resolução nº 4.192 e 4.193 do CMN de 2013 que define o fator "F" conforme tabela base de cálculo do RWA (*Risk Weight Asset*) e sua relação com o PR (Patrimônio de Referência).

Para apuração do índice de Basileia, adotou-se a seguinte fórmula:

$$\text{Basileia} = \left(\frac{\text{pre}}{\text{rwa}} \right) \times 100$$

14.2 - DETALHAMENTO DAS MARGENS DE REQUERIMENTO RELATIVAMENTE AO RWA - BASILÉIA III

Conta DLO		2018
101	Patrimônio de referência para comparação com o rwa	12.516
100	Patrimônio de referência (PR)	12.516
105	EXCESSO DOS RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	0
107	CAPITAL DESTACADO PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	0
900	Ativos ponderados por risco (rwa)	83.720
700	Rwa para risco de crédito por abordagem padronizada - rwacpad	67.947
770	Rwa para risco de mercado	0
870	Rwa para risco op. abordagem padronizada - rwaopad - (bia)	15.773
950	Margem sobre o patrimônio de referência requerido	5.296
910	Patrimônio de referência mínimo requerido para o rwa	7.221
951	Margem sobre o patrimônio de referência nível 1 requerido	7.493
103	Patrimônio de referência nível i para comparação com rwa	12.516
110	Patrimônio de referência nível i	12.516
920	Patrimônio de referência nível i mínimo requerido para o rwa	5.023
952	Margem sobre o capital principal requerido	8.749
104	Capital principal para comparação com rwa	12.516
111	Capital principal – cp	12.516
930	Capital principal mínimo requerido para o rwa	3.767
953	Margem sobre o PR considerando a Rban	144
911	Patrimônio referência mínimo requerido para o rwa e para Rban	9.233
890	Valor correspondente ao Rban	2.012
931	Capital principal mínimo requerido instrum. elegíveis cap complementar	4.291
932	Capital principal mínimo requerido instrum. elegíveis nível ii	3.767
940	Adicional de Capital Principal - Mínimo requerido para o RWA	3.139
942	Adicional de conservação do Capital Principal	1.570
943	Adicional contracíclico de Capital Principal (RWA Não Público e Não Bancário)	1.570
944	Adicional sistêmico de Capital Principal	0
954	Margem de Capital Principal após pilar 1 considerando o adicional de capital	2.156
955	Percentual de Restrição à Distribuição de Lucro (%)	0
956	Margem após Pilar 2	3.283
957	Deficiência de Capital Principal	0
958	Deficiência de Capital Complementar	0
959	Deficiência de Capital Nível II	0
960	Margem ou Insuficiência Limite de imobilização	3.096
970	Margem ou Insuficiência para o limite com setor público	5.632

A partir de 1º de outubro de 2013, através das Resoluções nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração do RWA (*Risk Weight Asset*) com base no Patrimônio de Referência.

A apuração dos requisitos mínimos de capital passa a ser estabelecida como uma porcentagem do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês). As novas regras estabelecem três requerimentos independentes a serem observados continuamente pelas instituições financeiras:

- I. 4,5% para o Capital Principal, que é composto principalmente por ações, quotas, reservas e lucros retidos;
- II. 6,0% para o Nível I, que é composto pelo Capital Principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento; e
- III. 9,875% para o total do PR, que é composto pelo Nível I e por outros instrumentos subordinados capazes de absorver perdas quando do encerramento da instituição.

Gerenciamento de risco

A gestão de riscos da Socinal é resultado do esforço constante de modernização dos processos integrados há ações de controle sistêmicos e gerenciais, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, de liquidez, operacional e adequação de capital aos negócios da instituição, mantendo-os dentro dos limites legais e prudenciais de mercado. A área de gestão de riscos está subordinada ao comitê de controles internos da instituição (CCI) constituído dos acionistas que analisam e deliberam semestralmente os relatórios da área.

I - Risco de Mercado – A Socinal utiliza de políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado, com limites operacionais e de exposição definidos em normativos específicos e aprovados pelo comitê de controles internos e risco, dentro de critérios aceitáveis e compatíveis com a estrutura patrimonial da instituição, controlados e gerenciados periodicamente pela área de *compliance* e risco. A instituição, até o presente momento, não tem posições ativas em moeda estrangeira, índice de preços ou taxas flutuantes. Seus ativos de crédito são classificados na carteira de **não** negociação, a taxas prefixadas e seus passivos são remunerados a taxas pré-fixadas ou atrelados à variação do CDI (certificado de depósito interbancário). A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado previsto no art. 25º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

II - Risco de Crédito - As ações que norteiam as políticas de risco de crédito baseiam-se em regras de concessão, limites operacionais, controles sistêmicos, critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, “*credit score*” e níveis de inadimplência e taxas de retorno. Adota-se a prática de constituição de provisões para perdas de crédito para cada operação considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação. Todas as operações são classificadas por alçada e submetidas ao comitê de crédito respectivo para avaliação qualitativa e quantitativa, levando em conta os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, da operação e do grupo econômico. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito previsto no art. 21º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br.

III - Risco de Liquidez - A política de gestão do risco de liquidez visa administrar e prover a solvência da instituição estabelecendo os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez previsto no art. 37º da Resolução CMN nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

IV - Risco Operacional – A gestão do Risco Operacional é de grande relevância dentro da instituição devido aos inúmeros processos manuais e de controle advindos de diversas linhas de produtos e serviços oferecidos em seu portfólio. A melhoria dos controles e internos e o treinamento e suporte às áreas de negócio tem permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e consequentemente na redução do comprometimento do capital. Quanto à segurança da informação a instituição conta com processos adequados e compatíveis com seu porte no tocante a geração e guarda de *backups* e documentação de suas operações. A Socinal adota a abordagem padronizada alternativa simplificada para efeito de apuração da parcela de patrimônio de referência exigido para risco operacional (Popr). A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional previsto no art. 32 da Resolução nº 4.557/2018, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

V - Risco de capital – A Socinal estabeleceu suas diretrizes e regras para a estrutura e o gerenciamento do capital com base no art. 39 da Resolução CMN nº 4.557/2018. Todo o processo visa: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e mantendo uma postura proativa, antecipando a necessidade de capital decorrente de

possíveis alterações nas condições do mercado. As operações realizadas pela instituição se caracterizam como “*banking*” e sua tesouraria está dedicada à remuneração do capital próprio e a prestação de serviços aos clientes. Tais operações não são realizadas com intenção de negociação ou de *hedge* das referidas posições, portanto, não se enquadram no conceito de Carteira de Negociação nos termos da definição do Banco Central do Brasil – BACEN. O gerenciamento de riscos das operações da Socinal são realizados por meio de políticas internas e de seus comitês de controle internos (CCI) e comitê Executivo de Negócios (CEN), que com base nos normativos (NP’s) monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos operacionais, de mercado, liquidez e crédito. Para tal se utiliza de: 1- Modelo proprietário de orçamento e fluxo de caixa, provisões e indicadores de performance; e modelo proprietário de acompanhamento de risco de mercado e precificação das carteiras ativas e passivas a preços de mercado, viabilidade de cenários e teste de estresse definidos na Circular Bacen 3365/07 e usados para mensurar o risco da variabilidade das taxas de juros. As premissas e parâmetros para a gestão dos riscos de crédito, operacional, socioambiental, de mercado e de capital estão disponíveis em nosso site no endereço www.socinal.com.br.

VI - Risco Socioambiental – Atendendo às disposições da Resolução CMN nº 4.327, de 25/04/2014 a qual dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental, a Socinal aprovou em julho de 2015 sua política de gestão do risco socioambiental e adotou o critério de atuar com responsabilidade social e agir de maneira ética e transparente em todas as suas esferas e, através de seu negócio contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando para que todos os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável. A política aprovada, a estrutura e a gestão destes riscos estão detalhados em nosso site www.socinal.com.br em normativos internos. Os controles internos e os relatórios anuais estão disponíveis aos auditores externos e ao Banco Central do Brasil.

DIRETORIA

Ângela Maria Martins da Silva

Maria Madalena América Marinho

CONTADORA

Vanessa Pires Antunes
CRC RJ: 086427/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
SOCINAL S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SOCINAL S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** (“Financeira”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCINAL S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 10 de agosto de 2018.



Consult Audi Auditoria & Consultoria Empresarial
CRCMG – 007153/O-0

José Miguel Barros de Rezende
Contador CRCMG 056269/O-1